



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**20ª VARA CÍVEL**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº 8º ANDAR, São Paulo - SP - CEP 01501-900**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1040237-84.2022.8.26.0100**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Rosângela Maria Wolff de Quadros Moro e outro**  
 Requerido: **Roberta Moreira Luchsinger**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Elaine Faria Evaristo**

Vistos.

**SÉRGIO FERNANDO MORO** e **ROSÂNGELA MARIA WOLFF DE QUADROS MORO** ajuizaram ação contra **ROBERTA MOREIRA LUCHSINGER**, alegando que a ré veiculou em suas redes sociais, Instagram e Twitter, diversas publicações ofensivas contra a imagem dos autores, com o claro intuito de macular sua imagem perante a coletividade, além de tecer comentários maliciosos e tendenciosos, todos absolutamente indevidos, apelativos e criminosos. Cuidando-se o autor de notório pré-candidato às eleições de 2022, a publicação da ré ganhou a imprensa, com comentário ofensivo contra o autor, copiado na inicial. Assim, pleiteiam a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$100.000,00 para cada um dos autores, além da condenação da ré na obrigação de excluir as publicações ofensivas.

Embora regularmente citada (fls. 53), a ré não apresentou contestação, requerendo os autores a decretação de sua revelia.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

20ª VARA CÍVEL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº 8º ANDAR, São Paulo - SP - CEP 01501-900

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

Ingressou a ré nos autos, alegando irregularidade na citação e requerendo a devolução do prazo para defesa.

Pela decisão de fls. 73, foi reconhecida a validade da citação.

A ré apresentou manifestação sobre os fatos.

**É o relatório. Decido.**

**A ação é procedente.**

Além da própria presunção de veracidade dos fatos decorrente da revelia da ré, a verdade é que as ofensas proferidas pela ré estão totalmente comprovadas nos autos.

A ré se refere aos autores como "*pilantra*" (fls. 24), "*canalhas*" (fls. 24, 25 e 26), "*casal de marrecos*" (fls. 24 e 26), que estão "*tentando enganar os paulistas para fugirem dos crimes que cometeram*" (fls. 24). Insinua a prática de assassinato pelo autor ("*O Sérgio Moro assassinou muito mais do que reputações... Não dá para falar que a Dona Marisa Letícia morreu de morte comum né? Esse sujeito é um canalha sem escrúpulos*" – fls. 27). Continua dizendo que o autor "*tem que responder por todos os seus crimes*" (fls. 27) e que o autor é um ex juiz "*mediocre, corrupto e ladrão*" (fls. 28), um "*voleur*" (ladrão em francês – fls. 29), um "*bandido*" (fls. 29).

A ré ultrapassou todo e qualquer limite da liberdade de expressão.

A liberdade de expressão que a Constituição Federal assegura certamente não permite ofender a honra e a moral de outra pessoa.

Não importa aqui se alguém é de esquerda ou de direita, se defende esse ou aquele candidato.

O respeito deve ser dado a todos e a qualquer um.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

20ª VARA CÍVEL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº 8º ANDAR, São Paulo - SP - CEP 01501-900

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

Sem prova efetiva, sem condenação criminal, como pode a ré atribuir impunemente crimes a outra pessoa? Referir-se a alguém como corrupto ou ladrão não é mera opinião; não é algo que se pode admitir que ocorra de forma leviana em uma sociedade de respeito.

A ré não precisa concordar, apoiar nem defender a candidatura dos autores ou de quem quer que seja. Pode criticar, isso é admissível numa sociedade livre, como a nossa. Isso é admissível no jogo político. Mas não pode ofender, nem muito menos atribuir a prática de crimes levemente.

O fato de os autores serem pessoas públicas, de terem escolhido participar de eleições, não lhes retira o direito de não serem ofendidos, direito que é de todos afinal.

Assim, evidentes os danos morais sofridos pelos autores, resta a fixação do valor da indenização.

O valor da indenização deve levar em conta, obviamente, a condição das partes envolvidas.

Os autores são atualmente senador e deputada federal, conhecidos nacionalmente sem sombra de dúvidas.

A ré é empresária e, ao que parece, tem excelentes condições socioeconômicas, já que vive em bairro muito nobre desta cidade e, sobre si, há matéria na internet que indica seu potencial econômico e até mesmo promessas de doação de vultosas quantias por questões políticas (<https://www.metropoles.com/brasil/quem-e-a-neta-de-banqueiro-filiada-ao-pt-que-denunciou-moro-ao-mpe>).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

20ª VARA CÍVEL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº 8º ANDAR, São Paulo - SP - CEP 01501-900

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

metropoles.com/brasil/quem-e-a-neta-de-banqueiro-filiada-ao-pt-que-denunciou-moro-ao-mpe

Menu

ETRÓPOLES

## Quem é a neta de banqueiro filiada ao PT que denunciou Moro ao MPE

Herdeira e empresária, Roberta Luchsinger prometeu doações vultosas a Lula, foi casada com Protógenes Queiroz e é pré-candidata a deputada

Hyndara Freitas  
18/05/2022 02:00, atualizado 17/05/2022 22:04

São Paulo – O Ministério Público Eleitoral (MPE) encaminhou à Polícia Federal, nessa segunda (16/5), [uma apuração sobre eventual fraude na mudança de domicílio eleitoral](#) do ex-ministro [Sergio Moro](#) (União), do Paraná para São Paulo. O caso chegou ao MPE por meio de uma representação feita por Roberta Moreira Luchsinger.

Neópolis  
Projeção de lucro do setor a  
US\$ 9,8 bilhões em 2023

Brasil  
Empresário de MG desaparece  
cobrar dívida de R\$ 1 milhão

Distrito Federal  
Familia denuncia que criança  
queimada por colegas em e

Mundo  
Mulher presa por matar os 3  
obtem perdão na Austrália

Celebridades  
Menina Fantasma de pegada  
anuncia nascimento do 1º fi

Siga nossas redes

Whatsapp  
Facebook  
Twitter  
Tiktok  
Helo

Links patrocinados por Taboola

Uma p  
que se  
Fundação

Prêmi  
multir  
theLetter.

Dessa forma, o valor pleiteado pelos autores é adequado e bem reflete a condição das partes e o potencial lesivo das ofensas praticadas pela ré pela internet, que tem potencial de levar a ofensa ao conhecimento de um enorme número de pessoas.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação proposta e, em consequência,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

20ª VARA CÍVEL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº 8º ANDAR, São Paulo - SP - CEP 01501-900

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

condeno a ré a pagar aos autores indenização por danos morais no valor de R\$100.000,00 para cada um dos autores, a serem acrescidos de correção monetária a contar da data desta sentença (Súmula 362 do STJ) e de juros de mora de 1% ao mês a contar da data do evento danoso (Súmula 54 do STJ). Além disso, condeno a ré na obrigação de fazer consistente em excluir essas publicações ofensivas, no prazo de cinco dias, sob pena de multa diária de R\$10.000,00, até o limite de R\$100.000,00.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como de honorários advocatícios em favor do patrono dos autores, fixados em 10% do valor da condenação.

P.R.I.C.

São Paulo, 05 de junho de 2023.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**